

## Atos da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 05/90

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, combinado com o Inciso XIII, do Artigo 25, do Regimento Interno,

### D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 7 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, TADEU LÚCIO MACHADO, ALGACI TÚLIO, ACIR MEZZADRI, ANTÔNIO ANNIBELLI, ANTÔNIO COSTENARO NETO, BASÍLIO ZANUSO, DAVID CHERIEGATE, EZEQUIAS LOSSO, FERRARI JÚNIOR, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, HERMAS BRANDAO, JOÃO ARRUDA, JOSÉ ALVES, LEONIDAS CHAVES, LINDOLFO JÚNIOR, LUCIANO PIZZATTO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, LUIZ ANTÔNIO SETTI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON VASCONCELLOS, NEREU CARLOS MASSIGNAN, PAULINO DELAZERI, PAULO FURIATTI, PEDRO TONELLI, RAFAEL GRECA DE MACEDO, RAUL LOPES, RUBENS BUENO, VALDERI MENDES VILELA, na sessão ordinária do dia 21.08.90, com fundamento no disposto pelo § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde, em decorrência de denúncias oferecidas pelo Presidente da Associação Médica Brasileira, devendo a mesma ser constituída por dois (02) deputados do PMDB e, por um (01) deputado do PSDB, PFL, PDT, PRN e PTB, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 037/90

DATA: 08.06.90

**SÚMULA:** Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de WITMARSUM DO PURUNÃ.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito, na área adiante descrita, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã; com as seguintes divisas e con-

frontações, com sua sede na localidade de São Luiz do Purunã.

"Começa na confluência do Rio Tibagi com o Rio Pugas, subindo pelo Rio Pugas até a Foz do Rio Quero-Quero; sobe pelo Rio Quero-Quero até a sua nascente nas proximidades da estrada municipal que liga a Colônia Quero-Quero com a BR-277; seguindo por esta mesma rodovia municipal até a divisa intermunicipal de Palmeira e Porto Amazonas; segue por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio dos Papagaios; desce pelo Rio dos Papagaios até encontrar o Rio Iguaçu, desce pelo Rio Iguaçu até encontrar o Arraial Amola faca, segue pelo Arraial até a cumeada da Serra dos Veados, seguindo pela cumeada da Serra dos Veados até a cumeada da Serra dos Capados, segue pela Serra dos Capados até encontrar a Estrada Municipal DZ-409, segue por esta estrada, atravessando a BR-277 até a Divisa Intermunicipal de Campo Largo e Balsa Nova, seguindo pela mesma Divisa Intermunicipal (Serra do Purunã) até encontrar a Divisa Intermunicipal entre Palmeira, Campo Largo e Balsa Nova; deste ponto segue pela Divisa Intermunicipal entre Campo Largo e Palmeira até encontrar o Rio Tibagi; desce por este mesmo rio dividindo com o Município de Ponta Grossa até a confluência do Rio Pugas, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 059/90

DATA: 28.08.90.

**SÚMULA:** Autoriza a realização de plebiscito, a área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAPIVARI CACHOEIRA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAPIVARI CACHOEIRA.

"Começa no Rio Capivari onde recebe o afluente Rio Mirim; seguindo pelo Rio Capivari até a divisa com o Estado de São Paulo, no Rio Pardinho, seguindo pela Di-

visa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Guaraqueçaba, continuando pela Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes e Quatro Barras, até encontrar o Rio Mirim seguindo por este até encontrar o ponto de partida Rio Capivari".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.08.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 73.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1990.

SEGUNDA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzato e Nelson Vasconcellos.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur e Rubens Bueno (19). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanuso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Home-ro Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (35).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/228 e 229/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

47/86: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de BRASILÂNDIA DO SUL, desmembrado do Município de Alto Piquiri e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.351.  
Anote-se. Arquive-se.

383/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a aceitar da União Federal, em doação com encargos, conforme específica, ações do Capital Social da Centrais de Abastecimento do Paraná - CESASA/PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.352.  
Anote-se. Arquive-se.

Sob o nº DTL/233/90, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei nº 120/90.  
Ao conhecimento da Casa.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 149/90

Curitiba, 17 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, anteprojeto de lei que visa a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

A presente alteração é proveniente da comprovação de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Tal suplementação visa dar continuidade à construção da Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme discriminação abaixo:

**Dotação Orçamentária:**

8500.13754281.157 - Ampliação da Rede Física e dos Equipamentos - FCMR

**FONTE 40**

4110 - Obras e Instalações - Cr\$ 50.000.000,00

Art. 2º - Servirá como cobertura de crédito referido no artigo 1º desta lei, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - A suplementação proposta visa dar continuidade à construção da Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MENSAGEM Nº 150/90**

Curitiba, 17 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, anteprojeto de lei que visa a abertura de um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, na atividade 2017 - Serviços de Imprensa Oficial. Os recursos serão assim distribuídos: Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) para atender despesas contribuição do PASEP e a pintura da sede do DIOE; e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender o Termo de Cooperação Técnico-Financeira com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, com o objetivo de dar continuidade à construção da Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR.

Para viabilizar tal operação faz-se necessária a abertura do elemento de despesa 4.1.3.0. - Investimentos em Regime de Execução Especial no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e simultaneamente proceder à conversão da Fonte 51 para a Fonte 40.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), na dotação orçamentária - 2251.03070232.017 - Serviços de Imprensa

Oficial, conforme detalhamento abaixo:

FONTE 40	VALOR
3280 - Contribuições do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	Cr\$ 2.000.000,00
4110 - Obras e Instalações	Cr\$ 10.000.000,00
4130 - Investimentos em Regime de Execução Especial	Cr\$ 50.000.000,00

Art. 2º - Servirá como cobertura do crédito referido no artigo 1º, na mesma dotação orçamentária, igual importância proveniente do remanejamento dos recursos próprios da entidade, bem como a conversão da fonte 51 para fonte 40, conforme detalhamento abaixo:

FONTE 40	VALOR
3120 - Material de Consumo	Cr\$ 11.000.000,00
3132 - Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 11.000.000,00
4120 - Equipamentos e Material Permanente	Cr\$ 16.000.000,00

FONTE 51	
4120 - Equipamentos e Material Permanente	Cr\$ 24.000.000,00

Art. 3º - A abertura do elemento de despesa 4130 - Investimentos em Regime de Execução Especial no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, tem por objetivo atender o termo de cooperação técnico-financeira entre esta Autarquia e a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, visando dar continuidade à construção da Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

**MENSAGEM Nº 151/90**

Curitiba, 17 de agosto de 1990  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a estrutura organizacional da Polícia Civil, assim como adotar outras providências.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses do Estado na medida em que as modificações propostas atendem a necessidade daquele órgão em promover periódicos ajustamentos em suas Unidades Policiais, visando acompanhar, de modo mais eficaz, as tendências e mutações sócio-criminais. Outrossim, a medida produz efeitos positivos na racionalização e modernização da máquina policial, seja no aspecto operacional ou administrativo, ensejando assim um melhor e

mais adequado desempenho, com vistas a compatibilizá-la aos legítimos interesses da segurança pública da comunidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado de que trata o Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978, fica alterado nos termos desta Lei.

Art. 2º - À Assessoria Técnica cabe as atividades ligadas ao assessoramento à Direção da Polícia Civil no que se refere ao planejamento operacional, ao relacionamento da instituição policial civil com a imprensa e com a comunidade em geral, à técnica em legislação e ao assessoramento jurídico; outras atividades correlatas.

Art. 3º - Ao Corregedor da Polícia Civil, sem prejuízo de suas atribuições, cabe a correição dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Polícia Civil.

Art. 4º - As atividades do Assessor de Assuntos Internos, passam a ser exercidas pelo Corregedor da Polícia Civil.

Art. 5º - O Serviço de Polícia Interestadual - POLINTER, passa a integrar a estrutura da Corregedoria da Polícia Civil.

Art. 6º - A Central de Apoio passa a denominar-se Divisão de Infra-Estrutura, cabendo-lhe as atividades ligadas à prestação de serviços relativos à manutenção e transporte e ao provimento dos serviços-meio da Polícia Civil; outras atividades correlatas.

§ 1º - A Subdivisão de Transporte e Manutenção e a Subdivisão Administrativa Auxiliar passam a integrar a estrutura da Divisão de Infra-Estrutura.

§ 2º - O Delegado Chefe da Divisão de Infra-Estrutura terá participação no Conselho do Fundo de Reequipamento Policial - FUNRESPOL.

Art. 7º - Fica criada a Divisão de Informática e Telecomunicações, cabendo-lhe o planejamento integrando, coordenação e controle operacional dos sistemas de comunicação da Polícia Civil; o planejamento, a coordenação e o controle dos serviços de processamento de dados e de microfilmagem; outras atividades correlatas.

Parágrafo Único - O Centro de Comunicações e a Subdivisão de Processamento de Dados passam a integrar a estrutura da Divisão de Informática e Telecomunicações.

Art. 8º - O Centro de Triagem passa a

integrar a estrutura da Divisão de Investigações Criminais.

Parágrafo Único - O Setor de Custódia de presos com direito a prisão especial fica subordinado à Corregedoria da Polícia Civil.

Art. 9º - Fica criada a Subdivisão Anti-Seqüestro, subordinada à Divisão de Segurança e Informações, cabendo-lhe adotar as medidas necessárias para investigação, repressão, prevenção com orientações, lavratura de auto de prisão em flagrante, instauração de inquérito policial nos crimes previstos nos artigos 148, 158 e 159, e os que lhes forem conexos, todos do Código Penal Brasileiro, dentro do território estadual, ficando incumbida ainda pela extensão de diligência em outros Estados.

Art. 10 - A Delegacia de Acidentes de Trânsito fica desmembrada em 1ª e 2ª Delegacias de Acidentes de Trânsito, cabendo-lhes exercer as atividades previstas no art. 36 do Anexo do Decreto nº 4884/78, observada a respectiva competência decorrente do local onde ocorrer a infração penal.

Art. 11 - Fica extinta a Delegacia de Costumes, passando as atribuições de polícia judiciária, de que trata o art. 21 do Anexo do Decreto nº 4884/78, a ser exercidas pelas Delegacias dos Distritos Policiais da Capital, observada a circunscrição onde tenham ocorrido, sendo que os atos administrativos e de fiscalização ficam atribuídos à Delegacia de Ordem Social.

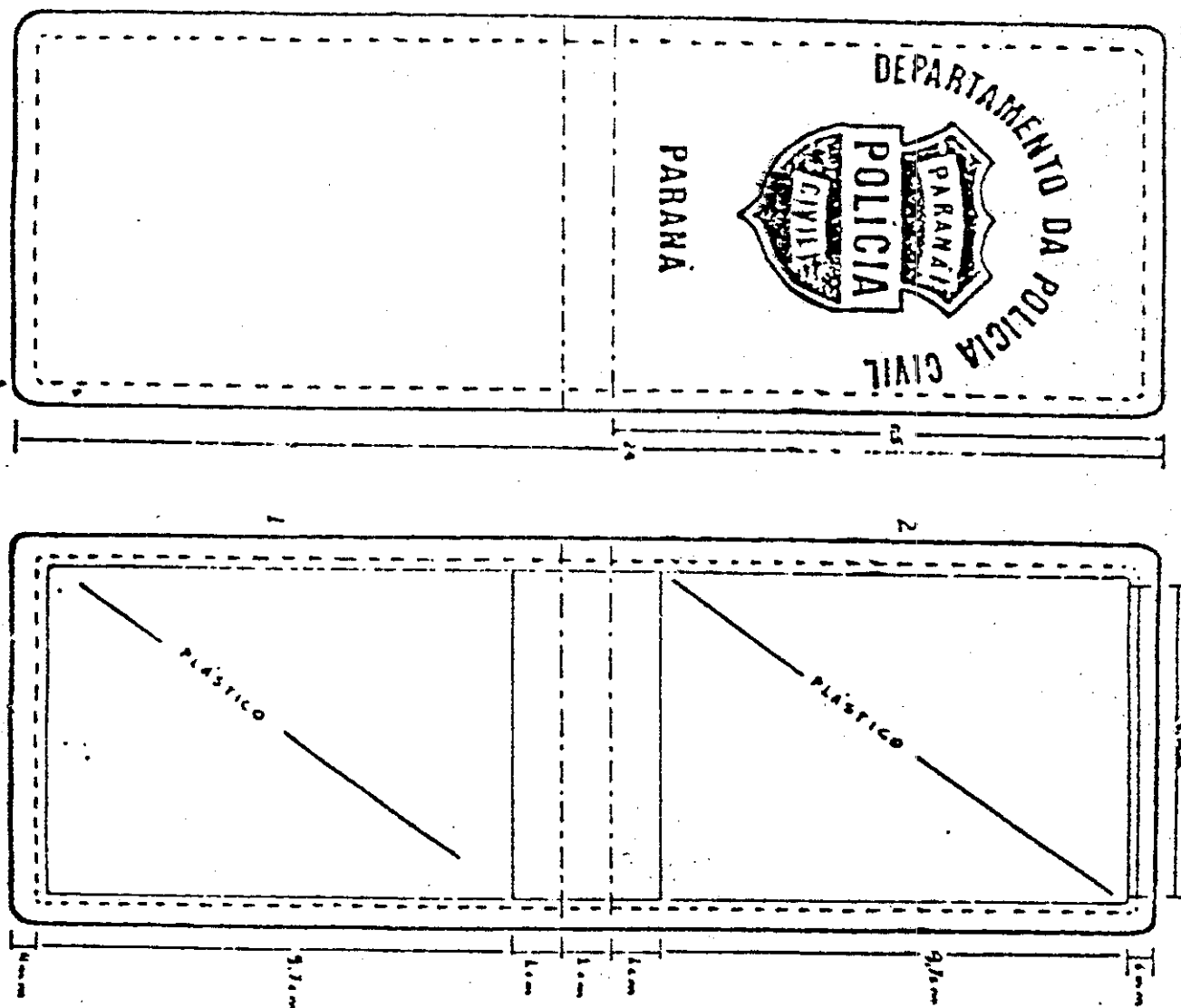
Art. 12 - Fica criada a Divisão de Crimes contra o Patrimônio, cabendo-lhe a organização, a orientação, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades afetas a furtos, roubos de veículos, estelionato e desvio de cargas; as atividades administrativas e de apoio inerentes; outras atividades correlatas.

Art. 13 - a Delegacia de Furtos de Veículos e a Delegacia de Falsificações e Defraudações, passam a denominar-se, respectivamente, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, mantidas as estruturas orgânicas e funcionais correspondentes e ficam subordinadas à Divisão de Crimes contra o Patrimônio.

Art. 14 - A Delegacia de Furtos e Roubos fica desmembrada em Delegacia de Furtos e Delegacia de Roubos, passando a integrar a estrutura da Divisão de Crimes contra o Patrimônio.

Art. 15 - Fica criada a Divisão de Polícia Metropolitana, cabendo-lhe a organização, a orientação, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades afetas às Delegacias Regionais, Delegacias Municipais e Delegacias Distritais Metropolitanas que lhe são subordinadas; as

Anexo a que se refere o art. 16.



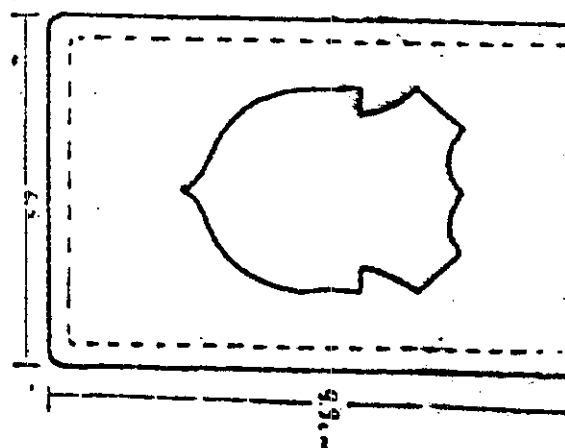
atividades administrativas e de apoio inerentes; outras atividades correlatas.

§ 1º - Ficam subordinadas à Divisão de Polícia Metropolitana as Delegacias Regionais de São José dos Pinhais, Campo Largo, Colombo e Piraquara e respectivas áreas territoriais especificadas no Anexo a que se refere o Decreto nº 3236, de 13 de julho de 1988.

§ 2º - Nos municípios de São José dos Pinhais, Campo Largo, Colombo e Piraquara haverá 2 (duas) Delegacias Distritais Metropolitanas.

§ 3º - As delegacias Distritais Metropolitanas, unidades classificadas na 4ª Classe, cabe cumprir, na respectiva jurisdição, as atribuições previstas no art. 47 do Anexo do Decreto nº 4884/78.

Art. 16 - O conjunto documental de identificação funcional da Polícia Civil compreende, também, a carteira tipo portadocumentos, de acordo com o Anexo desta



escala: 1/100

Lei, com as seguintes especificações:

- a) Tamanho: 24x8cm;
- b) Cor: bordeaux, para uso dos integrantes da Carreira de Delegado de Polícia;
- c) Cor: Preta uso dos demais integrantes das carreiras policiais civis.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 152/90

Curitiba, 17 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva modificar a redação do art. 290 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, assim como revogar o art. 289, da mesma lei, ambos alterados pela Lei Complementar n° 19, de 29 de dezembro de 1983.

A medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses do Estado na medida em que pretende dar plena aplicação aos preceitos contidos no art. 5° incisos I e XIII, da Constituição Federal, que preconizam a igualdade entre homens e mulheres no tocante a direitos e obrigações, e o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei; e à norma contida no art. 27 da Constituição Estadual que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, respeitada a ordem de classificação, o que pela legislação atual não ocorre com as mulheres aprovadas em processos seletivos realizados no âmbito da Polícia Civil, onde concorrem a menos de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas aos homens, que em razão da maior latitude de vagas ofertadas, são aproveitados com prioridade, em que pese até o fato de, em algumas ocasiões, obterem classificações inferiores às das mulheres, tudo isto fruto da distorção existente na lei que ora se pretende alterar para o efeito de adequá-la aos cânones constitucionais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O art. 290 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar n° 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 290 - O Quadro de Pessoal da Polícia Civil é o constante do anexo I desta Lei, com os cargos dos quadros femininos incorporados aos quadros únicos, a cujas vagas oferecidas poderão concorrer candidatos de ambos os sexos, desde que preencham os requisitos exigidos, não havendo distinção também nas promoções.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogados o art. 289, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982 e demais disposições em contrário.À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 157/90

Curitiba, 21 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa regularizar situação dos inativos no cargo de Guarda Civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalentes à 4.ª Classe da carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, substancia ato de justiça para com os Guardas Civis inativos anteriormente à edição do Decreto n° 20.621, de 17 de julho de 1970 que extinguiu a incorporação a que pertenciam, a antiga Guarda Civil do Paraná, não puderem, ao modo dos servidores então em atividade, exercer o direito reservado a estes, de opção por carreiras congêneres.

Tal medida, gerando insatisfação culminou com o endereçamento de pleitos reivindicatórios de equiparação de proventos aos percebidos pelos Agentes de Segurança justificados pela atividade que os Guardas Civis desempenhavam, e que, portanto, foram atendidos pela Administração.

Desta forma justifica-se inteiramente o anteprojeto de lei ora enviado à essa Augusta Casa porquanto atende à necessidade de formalizar esta situação de fato, convindo referir por oportuno, que não haverá acréscimo de despesas ao erário público, uma vez que os servidores se encontram percebendo remuneração equivalente à 4.ª classe da carreira de Agente de Segurança.

Certo de que a medida merecerá dessa Augusta Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os funcionários públicos inativados no cargo de Guarda Civil, da Guarda Civil do Paraná, extinta pelo Decreto n° 20.621, de 17.07.70 terão proventos equivalentes à 4.ª da carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a partir de 01 de janeiro de 1986.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 161/90

Curitiba, 22 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o direito dos adolescentes carentes. O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia ato que tem como objetivo principal dar assistência a um grande número de adolescentes que por não encontrarem, de parte da família ou do Estado, a assistência indispensável para sua formação, encontram-se à margem da sociedade.

Nesta perspectiva o projeto busca tornar realidade a norma inserida na Constituição Estadual, art. 225, no sentido de que ao adolescente carente, vinculado a programas sociais ou internado em estabelecimento oficial, que esteja freqüentando escola de primeiro ou segundo grau, ou de educação especial, é assegurado, a título de iniciação ao trabalho, o direito a estágio remunerado em instituições públicas estaduais.

Com certeza, através da iniciação profissional, objeto da presente proposta de lei, acrescida da freqüência ao ensino de primeiro ou segundo grau, os adolescentes abrangidos pelo programa vão adquirindo valores sociais condignos, forjadores de seu desenvolvimento como cidadão e, via de consequência, se integrando produtivamente a sociedade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica criado o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo Poder Público, a título de iniciação ao trabalho, ao adolescente carente vinculado a programas oficiais ou internado em estabelecimento oficial.

Art. 2° - Considera-se apto a integrar o estágio o adolescente carente, com idade de quatorze até completar dezenove anos e que esteja recebendo ensino do primeiro ou segundo graus, ou de educação especial.

Art. 3° - A iniciação ao trabalho compreende a execução de tarefas simples, correspondentes a serviço, ofício ou ocupação compatíveis com o grau de desenvol-

vimento físico e intelectual do estagiário, e desempenhadas em locais apropriados.

Parágrafo Único - É vedada a realização do estágio durante o período noturno, assim como nos locais e serviços insalubres.

Art. 4° - A instituição pública estadual será co-responsável pelo processo educativo, devendo as tarefas executadas pelo estagiário propiciar complementação de sua formação.

Art. 5° - Ao estagiário são assegurados os seguintes direitos:

I - Bolsa auxílio, que deve ser paga até o último dia do mês vencido;

II - jornada de estágio compatível com o horário escolar;

III - trinta dias por ano de ausência às atividades de iniciação ao trabalho, durante o período de férias escolares ou, a pedido do estagiário, em período de exames finais, sem prejuízo da percepção da bolsa-auxílio;

IV - anotação de estágio em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

V - seguro contra acidentes pessoais.

Art. 6° - Será firmado termo de compromisso para a realização do estágio, assinado pela instituição pública estadual, pelo estagiário e seu pai ou responsável e pelo programa social ou estabelecimento oficial ao qual o mesmo estiver vinculado.

§ 1° - O acompanhamento do desempenho do estagiário nas atividades de iniciação ao trabalho e na escola será de responsabilidade do programa social ou do estabelecimento oficial ao qual o mesmo estiver vinculado.

§ 2° - O quadro funcional das instituições públicas estaduais será preparado para o acolhimento dos estagiários.

§ 3° - O estagiário perde um trinta avos do valor mensal da bolsa-auxílio por dia de falta não justificada, a critério da instituição pública estadual.

Art. 7° - Extinguir-se-á o estágio nas seguintes hipóteses:

I - quanto o estagiário completar dezenove anos ou for efetivado na prestação do serviço militar obrigatório;

II - a pedido do estagiário;

III - fato relevante, indicado por qualquer das instâncias responsáveis pelo processo de acompanhamento.

Art. 8° - É permitido ao estagiário assinar recibo da bolsa de iniciação ao trabalho ou dos benefícios decorrentes da mesma.

Art. 9° - O estágio remunerado do adolescente carente, nos termos desta lei, não gera vínculo empregatício.

Art. 10 - A fiscalização do programa de estágio será de competência do órgão estadual a quem incumbe a execução da po-



lítica de bem-estar da criança e do adolescente.

Parágrafo Único - Os programas sociais não oficiais, para receberem os benefícios desta lei, deverão se habilitar perante o órgão referido neste artigo.

Art. 11 - Ao estágio remunerado do adolescente carente se aplicam as normas gerais de proteção ao trabalho.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 163/90

Curitiba, 23 de agosto de 1990  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescen-

ta à programação das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Segurança Pública, a importância de Cr\$ 76.629.508,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e oito cruzeiros), para dar atendimento ao convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando a preservação e conservação da Floresta Atlântica.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, ficando convertido da fonte 20 - Operação de Crédito vinculado para a fonte 00 - Ordinário não vinculado, o valor acima mencionado.

Certo de poder contar com a atenção

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		IL. 01	
		ANEXO A LEI NO.		CR\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	PROCI
I	I	DA	IFTID		ICOP
I	I	IDESPESA	I	IRI	I
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I	I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I	I
I	IMEIO-AMBIENTE	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
3102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I	I
I	IENIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
2176	IPROGRAMACAO A CARGO DA	I	I	I	I
I	ISUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS	I	I	I	I
I	IHIDRICOS E MEIO AMBIENTE	I	3211.03	100ILI	8.284.550 106791
I	I	I	4311.02	100ILI	11.848.146 106791
3103	IDIRETORIA GERAL	I	I	I	I
1058	IESTUDOS E PROGRAMAS PARA CIDADES	I	I	I	I
I	IESPECIAIS	I	3111.00	100ILI	361.800 106791
I	I	I	3120.00	100ILI	201.000 106791
I	I	I	3132.00	100ILI	1.038.500 106791
I	I	I	4120.00	100ILI	3.423.700 106791
I	I	I	I	I	I
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I	I	I
I	IPUBLICA	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
4104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I	I	I
2035	ICORDENACAO E EXECUCAO DO	I	I	I	I
I	IPOLICIAMENTO CIVIL	I	3111.00	100ILI	419.018 108031
I	I	I	3132.00	100ILI	6.700 108031
I	I	I	4120.00	100ILI	5.913.956 108031
4111	ICOMANDO DO POLICIAMENTO DO	I	I	I	I
I	IINTERIOR	I	I	I	I
2047	IPOLICIAMENTO FLORESTAL	I	3120.00	100ILI	729.965 108031
I	I	I	3132.00	100ILI	1.609.206 108031
I	I	I	4120.00	100ILI	42.792.967 108031
		TOTAL		I	76.629.508 I



dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado o elemento de despesa 4120 - Equipamentos e Material Permanente, nas Unidades 4104 - Departamento da Polícia Civil e 4111 - Comando do Policiamento do Interior da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 76.629.508,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e oito cruzeiros), para as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Segurança Pública, conforme Anexo I desta lei, visando dar atendimento ao con-

vênio firmado com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a preservação e conservação da Floresta Atlântica.

Art. 3º - Os recursos para a cobertura da presente suplementação são provenientes do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, ficando convertido da fonte 20 - Operação de Crédito Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, o valor citado no artigo anterior.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica suplementado o orçamento próprio da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente-SUREHMA, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme Anexo II desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO A LEI Nº.

11.02

CR\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA			VALOR	PRÓDUTOS	
		1	2	3		1	2
3200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1		1	1
3275	SUPERINTENDÊNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE - SUREHMA	1	1	1		1	1
2179	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUREHMA	1	1	1		1	1
		1	3132.00	100	8.284.550	106791	
		1	4110.00	100	3.350.000	106791	
		1	4120.00	100	8.492.146	106791	
TOTAL					20.132.696	1	

#### MENSAGEM Nº 164/90

Curitiba, 28 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que acrescenta à programação da Secretaria de Est. da Educação, a importância de Cr\$ 833.410.000,00 (oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º Grau no Estado.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são os

decorrentes dos saldos de receitas existentes nas Leis Estaduais nºs 9.173 de 27 de dezembro de 1989 e 9.217 de 27 de março de 1990, ficando ainda convertidas as fontes 17 - Operação de Crédito - Paraná Rural/ BID e 20 - Operação de Crédito Vinculada para a fonte 16 - Cota-Parte do Salário Educação- Cota Estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 (oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, conforme Anexo I desta Lei, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º Grau no Estado.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, Cr\$ 77.831.028,00, (setenta e sete milhões, oitocentos e trinta e um mil e vinte e oito cruzeiros), da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada Paraná Rural/BID e Cr\$ 190.284.062,00 (cento e noventa milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e sessenta e dois cruzeiros) da fonte 20 - Operação de Crédito vinculada do saldo de receita da Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989 e ainda

Cr\$ 565.294.910,00 (quinhentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e noventa e quatro mil e novecentos e dez cruzeiros) da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID do saldo de receita da Lei Estadual nº 9.217, de 27 de março de 1990, ficando simultaneamente convertidas as respectivas fontes, para a fonte 16 - Cota-Parte do Salário Educação- Cota Estadual.

Art. 3º - Em decorrência do contido no art. 1º, desta lei, fica suplementado o orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(ANEXO I)

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		
		ANEXO A LEI NO.		CRS 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	
3300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	I
3302	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
2142	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I	I
	EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA	I	I I I		I	I
	IFUNDEPAR	I	I I I		I	I
		I	4311.02116ILI	833.410.000	I0776I	
		T O T A L		I	833.410.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I		FL. 01	
		ANEXO A LEI NO.		CRS 1,00	
I		I	I	I	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I		I DA	IFTIDI		I PROCI
I		IDESPESA	I IRI		ICOP I
3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3479	IFUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO	I	I I I		I
	IPARANA - FUNDEPAR	I	I I I		I
2146	IINFRAESTRUTURA E APOIO LOGISTICO	I	I I I		I
	IAD ENSINO DE 10. GRAU	I	I I I		I
		I 4130.00	I 16 IL	833.410.000	I 0776 I
		T O T A L		I	833.410.000 I

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei n°s 438/90, 440/90, 441/90, 455/90 e o Projeto de Resolução n° 096/90.

Sala das Sessões, em 03.09.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda-se a leitura de Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Raul Lopes.

Declina.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 19 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n° 438, 440, 441, 455/90, e para o Projeto de Resolução n° 096/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, acima aprovado:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 438/90, de autoria do Poder Executivo,

(Mensagem n° 133/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao quadro Próprio do Magistério Estadual, a partir de 1° de setembro de 1990, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA. n° 95, de 21.08.90).

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós chegamos à conclusão de que não dispomos de número suficiente para dar andamento à sessão.

Em vista disso pedimos a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Senhor 1° Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luciano Pizzatto) - faz a chamada...

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em vez da chamada nominal, solicitamos verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitamos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação Projeto de Lei n° 438/90. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) Senhor Presidente, em razão do Deputado Rubens Bueno haver pedido verificação de votação, Vossa Excelência constata que há 5 Deputados votando a favor e teria que fazer a ordem inversa dos que rejeitam para constataremos quantos Deputados têm em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputados que aprovam o projeto 438/90, queiram levantar-se. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Sete Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Não há quórum para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA,

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 201/86, 157/88, 183/90, 213/90, 278/90, 353/90, 401/90, 418/90, 421/90, 427/90, 428/90, 429/90, 437/90, 442/90 e do Projeto de Resolução n° 88/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 413/90, 438/90, 439/90, 440/90,

Levanta-se a Sessão.

Atos do Diretor Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 094/90

designar, JOSÉ CARLOS PAIVA, matrícula nº 180, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Administrativa.

PORTARIA Nº 095/90

designar, ALDO FERNANDEZ DE OLIVEIRA, funcionário contratado (CLT), deste Poder Legislativo, para responder pelo Setor de Patrimônio, da Diretoria Administrativa.

PORTARIA Nº 096/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor do funcionário NELSON EMÍLIO MARQUES, matrícula n. 352, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da nova Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1987, 1988 e 1989, deixadas de gozar.

(Protoc. n. 6251/90)

PORTARIA Nº 097/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n. 513, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, "A"-NU-2, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da nova Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975; e, parecer n. 073/90 do Gabinete da Procuradoria, o tempo de dois (02) meses, relativo as férias de 1986, deixadas de gozar.

(Protoc. n. 5214/90)

PORTARIA Nº 098/90

1º) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do

Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n. 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1967 e 1973, deixadas de gozar; e

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 01 de novembro de 1985 e 01 de julho de 1989, antecipado em razão da incorporação referente ao 5º quinquênio e das férias de 1967, 1973, 1986, 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5888/90)

PORTARIA Nº 099/90

conceder, a GABRIELA IRIS BELVERDE, ocupante do cargo em Comissão, de acordo com o Art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias, de licença maternidade, a partir de 14 de agosto de 1990.

(Protoc. n. 6879/90)

PORTARIA Nº 100/90

designar, AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n. 413, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, GILBERTO DAROS, matrícula n. 517, ocupante do cargo de Procurador, LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n. 422, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, ELOI MEZZADRI, matrícula n. 365, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, SEVERO OLÍPIO SOTTO MAIOR, matrícula n. 434, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e, MARY ANGELA DA SILVA MARQUES, contratada deste Poder Legislativo, para prestarem serviços de assessoramento técnico ao Relator e à Comissão Geral no encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1991.

(Protoc. n. 6817/90)

PORTARIA Nº 101/90

conceder, a JAQUELINE SILVA, funcionária contratada deste Poder Legislativo; de acordo com o Art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 19 de julho do corrente ano.

(Protoc. n. 6878/90)

## PORTARIA N° 102/90

conceder, a MARLI DO ROCIO DA CRUZ, funcionária, contratada deste Poder Legislativo, quarenta e cinco (45) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 13 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n. 6906/90)

## PORTARIA N° 103/90

conceder, a JOSÉ A. T. RAMOS, funcionário contratado deste Poder Legislativo, quarenta (40) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de agosto do corrente ano, em prorrogação.

(Protoc. n. 6907/90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.08.90.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

A. L. E. P.

## CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG

BALANCETE FINANCEIRO		REP. - ALG245	
DE 1° A 29 DE JUNHO DE 1990.		PAG. - 1990	
		DATA - 29.06.90	
ORÇAMENTÁRIA	RECEITA	DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		ORÇAMENTÁRIA	
Receita tributária .....	0,00	Legislativa.....311.408.415,99	
Receita de contribuições .....	0,00	Judiciária.....0,00	
Receita patrimonial .....	0,00	Administração e planejamento .....	0,00
Receita agro-pecuária .....	0,00	Agricultura.....0,00	
Receita industrial .....	0,00	Comunicações.....0,00	
Receita de serviços .....	0,00	Defesa nacional e seg. pública.....0,00	
Transferências correntes .....	179.000.000,00	Desenvolvimento regional .....	0,00
Outras receitas correntes .....	0,00	Educação e cultura.....0,00	
	179.000.000,00	Energia e recursos minerais.....0,00	
		Habitação e urbanismo.....0,00	
		Indústria, comércio e serviços.....0,00	
		Relações exteriores.....0,00	
		Saúde e saneamento.....0,00	
		Trabalho.....0,00	
		Assistência e previdência.....0,00	
		Transporte.....0,00	
		311.408.415,99	
RECEITAS DE CAPITAL		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Operações de crédito .....	0,00	Restos a pagar	
Alienação de bens móveis e imóveis....	0,00	Pagamentos.....0,00	
Transferências de capital.....	0,00	Cancelamentos.....0,00	
Outras receitas de capital .....	0,00		
	0,00		
	179.000.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
Débitos de tesouraria.....	0,00	Débitos de tesouraria.....0,00	
Depósitos de diversas origens.....	14.059.314,65	Depósitos de diversas origens.....	2.141.816,00
Fundos especiais .....	0,00	Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00	Contas a regularizar.....	0,00
Contas do realizável.....	640,24	Contas do realizável.....	83.142.784,86
Acordos e convênios.....	0,00	Acordos e convênios.....	0,00
Créditos de despesas a pagar		Débitos de despesas a pagar	
Fornecedores .....	27.380.728,65	Fornecedores .....	22.304.367,69
Despesas com pessoal.....	284.103.790,22	Despesas com pessoal.....	54.463.338,73
Outras despesas a pagar.....	0,00	Outras despesas a pagar.....	0,00
	311.484.518,87		76.767.706,42
	325.544.473,76		162.052.307,28
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	
Caixa.....	0,00	Caixa.....	0,00
Bancos.....	188.105.969,16	Bancos.....	219.189.719,65
Vinculado em contas correntes bancárias	0,00	Vinculado em contas correntes bancárias	0,00
Títulos a receber.....	0,00	Títulos a receber.....	0,00
Devedores diversos.....	0,00	Devedores diversos.....	0,00
Diversos responsáveis.....	0,00	Diversos responsáveis.....	0,00
	188.105.969,16		219.189.719,65
TOTAL .....	692.650.442,92	TOTAL .....	692.650.442,92

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade

A. L. M. P. CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG

BALANÇETE FINANCEIRO  
DE 1º A 31 DE JUNHO DE 1990.  
REF. - ALG245  
PAG. - 1  
DATA - 31.07.90

ORÇAMENTARIA RECEITA

RECEITAS CORRENTES	
Recetta tributária .....	0,00
Recetta de contribuições .....	0,00
Recetta patrimonial .....	0,00
Recetta agro-pecuária .....	0,00
Recetta industrial .....	0,00
Recetta de serviços .....	0,00
Transferências correntes .....	204.000,000,00
Outras receitas correntes .....	0,00
	<u>204.000,000,00</u>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito .....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis .....	0,00
Transferências de capital .....	500.000,00
Outras receitas de capital .....	0,00
	<u>500.000,00</u>
	<u>204.500,000,00</u>

EXTRAORÇAMENTARIA

Débitos de tesouraria .....	0,00
Depósitos de diversas origens .....	50.765,068,49
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar .....	0,00
Contas do realizável .....	297.428,122,97
Acordos e convênios .....	0,00

Créditos de despesas a pagar

Fornecedores .....	36.477,873,10
Despesas com pessoal .....	264.562,503,45
Outras despesas a pagar .....	0,00
	<u>301.040,376,55</u>
	<u>649.233,568,01</u>

SAÍDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa .....	0,00
Bancos .....	219.189,719,65
Vinculado em contas correntes bancárias .....	0,00
Títulos a receber .....	0,00
Devedores diversos .....	0,00
Diversos responsáveis .....	0,00
	<u>219.189,719,65</u>

TOTAL .....1.072.923,287,66

ORÇAMENTARIA DESPESA

Legislativa .....	292.541,772,50
Judiciária .....	0,00
Administração e planejamento .....	0,00
Agricultura .....	0,00
Comunicações .....	0,00
Defesa nacional e seg. pública .....	0,00
Desenvolvimento regional .....	0,00
Educação e cultura .....	0,00
Energia e recursos minerais .....	0,00
Habitatção e urbanismo .....	0,00
Indústria, comércio e serviços .....	0,00
Relações exteriores .....	0,00
Saúde e saneamento .....	0,00
Trabalho .....	0,00
Assistência e previdência .....	0,00
Transporte .....	0,00
	<u>292.541,772,50</u>

EXTRAORÇAMENTARIA

Restos a pagar	
Pagamentos .....	531,07
Cancelamentos .....	0,00
	<u>531,07</u>

Débitos de tesouraria .....	0,00
Depósitos de diversas origens .....	34.976,065,72
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar .....	0,00
Contas do realizável .....	185,78
Acordos e convênios .....	0,00

Débitos de despesas a pagar

Fornecedores .....	23.414,663,28
Despesas com pessoal .....	478.558,939,12
Outras despesas a pagar .....	0,00
	<u>501.973,602,40</u>
	<u>536.950,384,97</u>

SAÍDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa .....	0,00
Bancos .....	243.431,130,19
Vinculado em contas correntes bancárias .....	0,00
Títulos a receber .....	0,00
Devedores diversos .....	0,00
Diversos responsáveis .....	0,00
	<u>243.431,130,19</u>

TOTAL .....1.072.923,287,66

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade